

# FORUM



## NÓTULA SOBRE TOLERÂNCIA

Levantar a questão da relação entre o conhecimento e a tolerância pressupõe como ponto de partida uma breve reflexão em torno da vida humana reconhecendo-a como a realidade radical aonde se enraízam as diversas necessidades humanas, entre as quais, avulta para cada ser humano, a exigência iniludível de exercitar a liberdade para decidir o que vai ser neste momento, isto é, a necessidade de ter que saber a que se ater, um afã incontornável marcado pelas atitudes de conhecer e valorizar com vista a realizar um determinado programa de existência, projecto vital que traduza a sua pessoal vocação na inexorável encruzilhada das circunstâncias. Neste sentido as finalidades decisivas da existência consistem fundamentalmente na urgência em encontrar sentido para a vida e valor para a acção. O ideal de vida resulta forçosamente de se estabelecerem prioridades para a acção — o que vale mais? O que é melhor? O que é bem? O que me pode salvar do naufrágio vital? O que me permite viver, sem que a vida seja uma tragédia sem sentido?

A esta tomada de consciência de perplexidade existencial o ser humano responde com um conjunto de soluções, de perspectivas sobre a realidade cuja síntese consiste no que designamos por conhecimento que sempre assume uma dimensão bipolar, por um lado, alimentando-se de incerteza, é aquisição de verdades, interpretação e esclarecimento da realidade; e por outro, é uma orientação, mostra-nos as possibilidades para nos decidirmos; faculta-nos atitudes perante a vida.

Decerto se compreenderá que é através deste esforço prometeico que o ser humano, embora constatando a sua marginalidade e orfan-

---

(\*) Palestra, seguida de debate, apresentada ao III Encontro de Universitários Cristãos, Porto, 1996.

dade no seio da enigmática realidade do universo, tenta construir uma certa inteligibilidade que, se não dissipa a solidão e amargura de um inquieto e rápido caminho entre o nascimento e a finitude, ao menos lhe possibilita a experiência livre da força tranquila que é a sua razão conduzindo-o a uma «promessa de felicidade», como dizia Stendhal, em nome da terra, até ao fim.

Conhecer para viver melhor, alcançar verdades incompletas e imperfeitas, humanas em suma: evidências racionais que o encaminham para um autêntico Humanismo, buscando corajosamente, em última análise, os argumentos humanos para o afrontamento da violência misteriosa do destino. E se, como pensamos, existe uma íntima conexão entre o saber e o querer, então a compreensão da realidade integra um combate ético contra a arbitrariedade, os caprichismos, os sinais de irracionalidade e o acriticismo bem presentes na vida quotidiana. Tal combate pelo aperfeiçoamento da existência aparece como luta permanente em prol de uma «civilização da Dignidade», por consequência capaz de dominar os delírios históricos que violam a liberdade e suprimem a justiça.

Justamente um desses delírios, talvez o mais significativamente atroz pelas suas cruéis consequências é, sem margem para dúvida, a intolerância que ao longo do processo histórico da Humanidade tem gerado a tragédia, o mal, a infelicidade. No terreno onde a intolerância aparece, mormente na área das religiões e no âmbito das ideologias políticas, paira sempre uma ameaça totalitária, um conflito em potência entre fanatismos impacientes cujos impulsos agressivo-destrutivos depressa conduzem a um darwinismo social que ocasiona a destruição da distinção entre o bem e o mal.

Perante a falsidade e o erro que, nesta ordem de ideias, pode considerar-se crime, somente uma atitude os supera e torna possível a convivência em liberdade e dignidade — a Tolerância, afinal, o reconhecimento da igualdade fundamental dos seres humanos, essa forma de atenção à diversidade do real que não é relativismo, nem indiferença, mas sim respeito pelo Outro, pluralismo resultante do exercício da racionalidade e, por consequência, garantia da paz, do ecumenismo, da intersubjectividade activa em prol do direito à diferença e do diálogo sempre atento aos fragmentos de verdade que o nosso adversário nos apresenta. Assim, a tolerância aparece como abertura dinâmica, não mera complacência, a outras forma de vida e de pensamento, é uma forma secularizada e moderada de amor ao

próximo, de generosidade, tão sublinhada por filósofos como Descartes, Locke, Voltaire ou Karl Popper entre outros que nos convocam, como a palavra do Sermão da Montanha, para a abertura de um espaço de liberdade no qual se possam expressar objectivamente os conflitos e discutir-se racionalmente as opiniões em confronto.

A Tolerância é um dos motores da civilização europeia, afirmando o direito à coexistência de princípios diversos desde que não violem a dignidade humana, reclamando, sobretudo desde o Iluminismo, a neutralidade religiosa do Estado, polemizando, em nome da liberdade de consciência, contra as discriminações dos absolutismos religiosos e políticos, esforçando-se na garantia jurídica dos direitos fundamentais, expressando a firme convicção de que ninguém detém a verdade total, logo empenhada em mobilizar os seres humanos para uma responsabilidade crítica na escolha das concepções de vida.

A este propósito, a Tolerância apela para uma ética cívica que no âmbito político corresponderá a uma democracia plena que, no entanto, não deve circunscrever-se à ideia de um Estado-de-Direito, porquanto não se anulando este, deverá constituir-se em Estado-de-Justiça como defendia José Luis Aranguren para eficazmente realizar os Direitos Humanos proclamados universalmente.

Que limites para a Tolerância? Qual a medida justa da Tolerância? Não hesito em propor que manter a salvo o pluralismo, não é cair no niilismo do «tudo vale o mesmo» e assim se me afigura acertado pensar com Karl Popper que «se formos numa tolerância absoluta mesmo para com os intolerantes e se não se defender a sociedade tolerante contra as suas agressões, os tolerantes serão anulados e com eles, a Tolerância», razão pela qual aqueles limites só podem residir numa ideia transcultural de Justiça que significa o repúdio de situações de discriminações, domínio e violência — tal perspectiva configura-se plenamente na Declaração Universal dos Direitos Humanos que em tempo, como o nosso, de depressão axiológica, nos evidencia a necessidade do primado da responsabilidade moral propondo à escala planetária a fronteira entre o bem e o mal e assim apontando para a desejável construção do que Albert Camus designou por «*cit  universelle des hommes libres et fraternels*».

Não ignoramos que o combate pela Tolerância é duro e permanente, passa pela Democracia, pela educa o, pela lucidez, pela

vigilância e, também, pela coragem. Não ignoramos que ninguém está livre do erro, mas justamente por esta razão concordamos com Fernando Pessoa quando nos afirma que «na eterna mentira de todos os deuses, só os deuses *todos* são verdade».

*Luís de Araújo*